

---

SAQUETE CHAMIZO, José Carlos - Las élites sociales de Augusta Emerita. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano-Fundación de Estudios Romanos, 1997. 215 p. (Cuadernos Emeritenses; 13).

---

É vastíssima a bibliografia que no último século tem sido produzida sobre *Augusta Emerita*, tendo há pouco mais de meia dúzia de anos sido elaborado um repertório composto por mais de 800 títulos respeitantes a esta cidade. Entretanto, mais alguns trabalhos, entre monografias e artigos, foram sendo publicados, dando boa parte deles conta das importantes descobertas epigráficas que a intensa actividade arqueológica a decorrer no subsolo da capital lusitana tem vindo a desvendar. Ante uma tal abundância de estudos, não era previsível que, num prazo tão curto, alguém viesse contar algo de novo sobre os primeiros tempos da colónia emeritense. Não podemos, por isso, deixar de manifestar o agrado que nos suscitou a leitura da monografia de José Carlos Saquete. Nesta admirável síntese, dividida em seis capítulos, cumpre salientar não só o excelente domínio das fontes clássicas e bibliográficas, mas também a competência com que o autor organizou e transmitiu o manancial de informações extraídas da valiosa colecção de monumentos epigráficos a que teve acesso. É claro que Saquete não teve a intenção de esgotar o tema, limitando-se a estudar as camadas socialmente mais elevadas da população, afinal, aquelas que a epigrafia ajuda a retratar com maior fidelidade. Esperamos sinceramente que este investigador venha a redigir uma monografia de outro fôlego sobre o passado de Mérida, cidade de que demonstrou ser um profundo conhecedor. Poucos serão certamente aqueles que, como ele, reúnem condições para levar a cabo um tal empreendimento.

Particularmente interessante, por ser reveladora da perspicácia demonstrada por Saquete, é a identificação que ele estabelece entre as duas legiões fundadoras de *Augusta Emerita* e as que, com a mesma numeração, combateram ao lado de Marco António entre 43 e 31 a.C. (Keppie, 1983, p. 24-32) (p. 39-41). A partir desta descoberta, Saquete vê facilitada a sua tarefa no sentido de explicar as especificidades que caracterizaram a criação da colónia em apreço (p. 41-47). A despeito de não poder ser descurada a sugestão, formulada por Keppie (1983, p. 74), de que os legionários que haviam combatido por António receberam apenas uma soma em dinheiro aquando do seu licenciamento, o mais provável é que tal política só tenha afectado os soldados desmobilizados em 30 a.C. após as batalhas de *Actium* e de Alexandria, e que não foram instalados em novas colónias mais ou menos periféricas (p. 42, 48). Não é de excluir que os veteranos instalados na *colonia Pax Iulia* entre 31 e 27 a.C. (Faria, 1989) tenham integrado as tropas de António, sendo assim facilmente explicável a omissão, nos raros epitáfios de imigrantes erigidos no território colonial durante a época de Augusto, dos nomes das legiões a que eventualmente teriam pertencido, tanto mais que os povoadores desta colónia, ao invés dos colonos emeritenses, não podiam alegar como atenuante a participação nas Guerras do Noroeste (p. 43-45). Esta situação, a ter-se verificado, não pode confundir-se com a ausência de inscrições respeitantes a veteranos no território de *Pax Iulia* (Le Roux, 1995, p. 91, 93); estes, pura e simplesmente, teriam ocultado a sua condição. É claro que a aparente inexistência de referências epigráficas a legiões nos epitáfios dos colonos pacenses pode servir de argumento a quem confere à colonização de *Pax Iulia* uma natureza civil (Mantas, 1993, p. 496, 1996a, p. 21, 1998, p. 43), teoria que também chegámos a perfilhar (Faria, 1997, p. 177). Porém, este mesmo fenómeno é extensível às colónias da Narbonense, que, todavia, foram inegavelmente povoadas por veteranos (Ebel, 1988, p. 580). Além do mais, ao arrepio do que sustenta Mantas (1998, p. 58, n. 40), também a denominação da colónia indicia uma *deductio* militar (Faria, 1989, p. 104; Zucca, 1996, p. 113). Reforçando talvez involuntariamente esta nossa teoria, é ainda Mantas (1996b, p. 54) quem invoca a existên-

cia de um legionário oriundo de *Pax Iulia* (HEp, 4, 1994, 1006), que poderá ter sido descendente de um dos derrotados de *Actium*.

A suposta fundação de *Emerita* por César, sustentada por Alicia Canto (1989, 1990), constitui outro dos assuntos que Saquete abordou no livro em questão (p. 24-38), manifestando este investigador posição diametralmente oposta à propugnada pela ilustre professora. Quis o acaso que, mais ou menos na mesma altura, elaborássemos um texto com a exclusiva finalidade de rebater os argumentos esgrimidos por Canto na defesa daquela mesma teoria (Faria, 1998). Impõe-se, desde já, que corrijamos algumas das afirmações aí exaradas.

Assim, não é verdade que a tribo *Papiria* seja, segundo Canto (1989, p. 161, 1990, p. 290-291), “própria das fundações cesarianas” (Faria, 1998, p. 162), tendo esta autora apenas afirmado, sem razão, que a mencionada tribo não tem paralelo entre as fundações hispânicas de Augusto (Canto, 1990, p. 290). Tão-pouco corresponde à verdade que a referida investigadora tenha remetido para a época de César a designação completa da cidade em causa: *C(olonia) I(ulia) A(ugusta) E(merita)* (Faria, 1998, p. 163). Em vez de termos involuntariamente imputado à Professora Alicia Canto um tão flagrante anacronismo, devíamos ter-lhe somente atribuído a tese segundo a qual o *nomen Iulia*, constante daquela titulatura, constituía um reflexo da criação de um *praesidium* por parte de César. Consignadas estas duas rectificações, naturalmente acompanhadas de um pedido de desculpas à Professora Alicia Canto, passemos a expor as passagens do livro de Saquete Chamizo que não merecem o nosso acordo:

- Se *Narbo* e *Arelate* (melhor que *Arelatum*), colónias cesarianas, receberam de Octaviano o *cognomentum Paterna* a fim de as distinguir das que ele próprio fundou (Keppie, 1983, p. 32; Le Glay, 1985, p. 247; Rivet, 1988, p. 74; Chastagnol, 1995, p. 115), não é de excluir a eventualidade de, pelo facto de ostentar igualmente aquele *cognomentum*, a colónia de *Barcino* tenha também sido criada por César, e não pelo seu filho adoptivo (p. 29) (Canto, 1990, p. 291, n. 18). No entanto, não pode ser escamoteada a circunstância de os cidadãos barcinonenses terem sido inscritos na tribo *Galeria*, o que indicia uma fundação de Octaviano. Terá assim de ser procurada uma outra explicação para o *cognomentum Paterna*.

- Estando os cidadãos de *Italica* adscritos à tribo *Sergia*, parece legítimo concluir que nem todos os cidadãos dos municípios cesarianos pertenciam à *Galeria* (p. 30).

- Não é só na Pisídia (p. 34 e n. 72) que se conhecem colónias com o duplo título *Iulia Augusta* posteriores a 27 a.C.; também as há na Gália (Christol e Heijmans, 1992, p. 40, 44) e na *Mauretania* (Mackie, 1983, p. 340). Todavia, os paralelos susceptíveis de serem aduzidos em abono da atribuição, logo em 25 a.C., do *nomen Iulia* a *Emerita* (p. 36) não são obviamente suficientes se não houver um testemunho inequívoco de que assim sucedeu; e o facto é que não se conhece documentação epigráfica nem, sobretudo, numismática que demonstre ter *Iulia* feito parte da designação oficial da colónia desde a sua criação (p. 36-37; Faria, 1998, p. 163). É o próprio Saquete quem recorda que todas as emissões monetárias hispânicas reproduzem integralmente as siglas das respectivas cidades emissoras (p. 36 e n. 82); são apontados os casos de *Acci*, *Caesaraugusta* e *Lepida/Celsa*, mas também caberia indicar *Noua Karthago*, *Ilici* e *Tarraco*. Não faria, pois, grande sentido que o nome oficial da colónia pudesse ser, nas moedas, sistematicamente encurtado de *C(olonia) I(ulia) A(ugusta) E(merita)* para *C(olonia) A(ugusta) E(merita)*. Aliás, nos raros casos em que a expressão *Colonia Iulia Augusta*, aplicada a outras colónias, surge abreviada, é *Augusta*, e não *Iulia*, o qualificativo suprimido; vejamos os casos de *Aquae Sextiae* (Gascou, 1990, p. 233, n. 40) e *Berytus* (RPC I, p. 648).

- Ao contrário do que é afirmado (p. 34), não é certo que *Brixia*, *Nola* e *Placentia*, que só ostentam nas respectivas titulaturas o epíteto *Augusta*, sejam colónias fundadas antes de 27 a.C. (Keppie, 1983, p. 152, 190, 192-194).

• O *cognomentum Iulia*, a atribuição do *ius Italicum*, a adscrição dos correspondentes *coloni* à tribo *Pupinia* e a reiterada presença de indivíduos portadores do *nomen Octavius* devem fazer de *Acci* uma colónia fundada por Octaviano (antes de 27 a.C.) (González Román, 1991, p. 99; Faria, 1992, p. 34, 1993a, p. 132), e não de Augusto (após 27 a.C.) (p. 35). Repare-se que a *colonia Vrbs Iulia Baeterrae Septimanorum* (Béziers), cujos cidadãos se encontravam igualmente inscritos na tribo *Pupinia*, foi fundada em 36 ou 35 a.C. (Rivet, 1988, p. 150).

• Cremos que é possível introduzir uma maior precisão na cronologia das moedas que documentam a legenda *Augusta Emerita*, genericamente colocadas por Saquete entre 23 a.C. e 14 d.C. (p. 35). Tanto a analogia entre as legendas dos anversos das moedas de *Ebora*, datáveis de 12 a.C. ou pouco depois, e as que figuram nos anversos das de *Augusta Emerita* como a presença da supracitada legenda em numismas seguramente anteriores a 2 a.C. (*RPC* I 5-9, 11) levam-nos a postular para as moedas que reproduzem o topónimo *Augusta Emerita* uma datação entre 15 e 2 a.C. ou mesmo entre 15 e 10 a.C. (Faria, 1993c, p. 141; v. também Grant, 1969<sup>2</sup>, p. 220; Volk, 1997, p. 70).

• Apesar da posição de Saquete em sentido diverso (p. 35-36), não é de afastar a eventualidade de o termo *colonia* já estar presente em moedas cunhadas antes de 2 a.C., se for esta a cronologia dos divisores pertencentes ao tipo *RPC* I 18.

• Embora a opinião emitida por Saquete não seja muito clara a respeito deste assunto (p. 35), ao contrário do que afirmámos, na esteira de Roddaz (1990, p. 76), o mais provável é que *Augusta* tenha começado a preceder *Emerita* entre 19 e 16 a.C., e não entre 16 e 13 a.C. Não pode, todavia, ser excluída a hipótese de aquele epíteto ter integrado o nome da colónia logo a partir de 25 a.C. (Faria, 1998, p. 164).

• Uma data posterior ao reinado de Tibério para a introdução do *cognomentum Iulia* na titulação da colónia em apreço, tese que, como vimos, Saquete não perfilha (p. 36), vem sendo sustentada desde há vários anos (Bost *apud* Álvarez Sáenz de Buruaga, 1976, p. 21, 1982, p. 6; Étienne e Mayet, 1984, p. 161; Faria, 1993c, p. 144).

• Sobre a discussão do significado a atribuir ao verbo κτίσαι (p. 37-38), v. também Faria, 1998, p. 163.

• Não estamos ainda totalmente convencidos de que a menção às legiões V e X nas moedas emeritenses surja apenas depois de 2 a.C. (p. 45), já que pelo menos os numismas do tipo *RPC* I 18 poderão ser anteriores àquele ano.

• Plínio (*nat.* 4. 117) não designa *Pax Iulia* com este nome (p. 55, n. 159), chamando-lhe tão-somente *colonia Pacensis*.

• O primeiro argumento evocado por Canto no sentido de fazer recuar a César a criação de *Emerita*, e que foi por nós indevidamente ignorado (Faria, 1998, p. 162) pelo facto de estar ausente do primeiro texto dedicado a este tema (Canto, 1989), não só não é refutado por Saquete (p. 24) — apesar de mais adiante (p. 25) considerar que “ninguna de las razones aportadas por la Dra. Canto” lhe parece definitiva —, como chega a subscrevê-lo sem reservas (p. 78). Consiste o mesmo em situar a fundação de *Emerita* no contexto da alegada criação/promoção por parte de César de uma série de cidades da Lusitânia e da *Baeturia* céltica — *Norba*, *Scallabis*, *Pax Iulia*, *Nertobriga*, *Vgultunia*, *Seria* e *Segida* (Canto, 1990, p. 290). Contudo, a circunstância de todas elas incluírem o *nomen Iulia* na respectiva titulação não significa que tenha existido uma ligação de César às últimas cinco cidades enumeradas. Em contrapartida, são maiores as probabilidades de ter sido Octaviano, entre 31 e 27 a.C., o responsável quer pela fundação de *Pax Iulia* (Faria, 1989) quer pela promoção a *municipia* ou a *oppida Latina* das outras quatro cidades (Galsterer-Kröll, 1975, p. 121-123).

• No que se refere à conhecida inscrição emeritense dedicada ao génio da cidade, não nos parece possível considerar que a mesma se reporte ao *genius C(oloniae) I(uliae) A(ugustae) E(meritae)* (p. 85 e nn. 284-287) dada a inexistência de um ponto a separar o C do I, que seria facilmente inscrito caso se tratasse de um erro do lapicida. É por isso que a leitura *CI(uitatis)* se nos afigura a mais plausível (Álvarez Martínez, 1971, p. 260; Faria, 1998, p. 163). A *Malaca* e a *Italica*, as duas cidades privilegiadas que, segundo Saquete, são inequivocamente designadas por *ciuitates* na epigrafia (p. 85, n. 287), há que adicionar *Emerita* e *Dertosa* (Wiegels, 1985, p. 110, n. 6).

• É verdade que há moedas de P. Carísio que atestam o cargo de *leg. propr.* (p. 108); no entanto, considerando que se conhecem outras moedas, cunhadas depois de Julho de 23 a.C., que qualificam P. Carísio como *leg. Augusti* (BNC I, p. 165-166) é de admitir que Carísio tenha sido *leg. Aug. propr.* (Alföldy, 1969, p. 9-10; Volk, 1997, p. 66).

• Desconhecemos os motivos que estão na base da reconstituição do nome do homenageado na inscrição AE 1966, 177 (*L. Pomponius M. f. Capito*) (p. 116), porquanto o que sobre ele se pode ler na foto da dita epígrafe reproduzida por Cruz (1986, p. 118, Fig. 2) é isto: ]PONIO [/]APITONI. De resto, a transcrição que deste texto é fornecida no apêndice (p. 171, v. também p. 132, n. 515) está cheia de incompreensíveis incorrecções, igualmente reproduzidas num recente trabalho do Prof. Caballos Rufino (1998, p. 224-225). Além de não ser segura a identificação do *nomen*, que poderá ser *Aponius* (Garcia, 1991, p. 492), também não está garantida a menção à *colonia Augusta Emerita*, dada a provável presença de um I depois de COL AVG (linha 5). Tal circunstância levou a que fossem apresentadas duas propostas para o nome da cidade em causa: *colonia Augusta Iulia Emerita* (Cruz, 1986, p. 116, 119) e *colonia Augusta Iulia Scallabis* (Garcia, 1991, p. 493; HEP 4, 1994, 1084; Edmondson, 1997, p. 102, n. 51).

• Saquete escreve, a propósito da *praefectura Caesaris*, que, quando num determinado ano era oferecido ao imperador ou a algum membro da sua família o cargo de duúnviro honorário, era nomeado um *praefectus Caesaris*, que exerceria sozinho as funções de duúnviro (p. 126-127). Ora, este fenómeno está atestado apenas duas vezes antes da chamada *Lex Flauia Municipalis*: a primeira na polémica emissão monetária RPC I 483 e a segunda no ano em que Calígula foi substituído por um prefeito anónimo em *Noua Karthago* (RPC I 182-184) (Menella, 1989, p. 386); trata-se, pois, de apenas um *praefectus ignotus*, e não de dois (Menella, 1989, p. 381). Geralmente, quando aquele cargo está presente em emissões monetárias hispânicas, o nome do respectivo detentor é sempre acompanhado pelo de outro prefeito ou então pelo de um duúnviro ordinário. Por outro lado, os únicos casos conhecidos na Península Ibérica em que se verificou o exercício do duunvirato por um magistrado ordinário associado a um duúnviro honorário, sem que tenha havido lugar à nomeação de um prefeito, registaram-se em *Noua Karthago* com *Cn. Atellius Ponti(...)* e Juba II da Mauritânia (RPC I 169), e com *C. Laetilius Apalus* e Ptolemeu, filho de Juba II (RPC I 172-173). Cremos, portanto, que estes dois casos não devem passar de excepções à regra, que consistiria na nomeação de um prefeito quando alguém era convidado a exercer o duunvirato honorífico. Além disso, não é possível saber se normalmente eram designados um ou dois prefeitos quando o duunvirato era exercido por dois membros da família imperial. Porém, o segundo caso encontra-se testemunhado numa emissão monetária de *Noua Karthago*, na qual os duúnviro quinquenais honorários Augusto e Agripa são substituídos respectivamente por *L. Bennius* e por *Q. Varius Hiberus* (RPC I 162-165) (Faria, 1993b, p. 137). Parece ser também este o caso dos *praefecti* mencionados em AE, 1952, 116 (p. 126 e n. 46).

Ficam por aqui os nossos comentários a uma obra que, importa reconhecê-lo, constitui um importante avanço no estudo de uma cidade que, cerca de uma década depois da sua fundação, viria a tornar-se a capital da Lusitânia.

## BIBLIOGRAFIA

- ALFÖLDY, G. (1969) - *Fasti Hispanienses: senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*. Wiesbaden: Steiner.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1971) - El genio de la Colonia Augusta Emerita. *Habis*. Sevilla. 2, p. 257-261.
- ÁLVAREZ SAENZ DE BURUAGA, J. (1976) - La fundación de Mérida. In *Augusta Emerita: Actas del simposio internacional conmemorativo del bimilenario de Mérida (16-25 de Noviembre de 1975)*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, p. 19-33.
- BNC I = GIARD, J.-B. (1976) - *Bibliothèque Nationale. Catalogue des monnaies de l'Empire romain I: Auguste*. Paris: Bibliothèque Nationale.
- CABALLOS RUFINO, A. (1998) - Los equites y la dinámica municipal de la Lusitania. In HERNÁNDEZ GUERRA, L.; SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L., eds. - *El proceso de municipalización en la Hispania romana: contribuciones para su estudio*. Valladolid: Universidad, p. 205-233.
- CANTO, A. M.<sup>a</sup> (1989) - Colonia Iulia Augusta Emerita: Consideraciones en torno a su fundación y territorio. *Gerión*. Madrid. 7, p. 149-205.
- CANTO, A. M.<sup>a</sup> (1990) - Las tres fundaciones de Augusta Emerita. In TRILLMICH, W.; ZANKER, P., eds. - *Stadt und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit. Kolloquium in Madrid vom 19. bis 23. Oktober 1987*. München: Bayerischen Akademie der Wissenschaften, p. 289-296.
- CHASTAGNOL, A. (1995) - *La Gaule romaine et le droit latin*. Lyon-Paris: De Boccard.
- CHRISTOL, M.; HEIJMANS, M. (1992) - Les colonies larines de Narbonnaise: un nouveau document d'Arles mentionnant la Colonia Iulia Augusta Avennio. *Gallia*. Paris. 49, p. 37-44.
- CRUZ, M. das D. G. da (1986) - A propósito de uma inscrição honorífica do Museu de Santarém. *Arqueologia*. Porto. 14, p. 115-121.
- EBEL, C. (1988) - Southern Gaul in the triumviral period: a critical stage of romanization. *American Journal of Philology*. Baltimore. 109:4, p. 572-590.
- EDMONDSON, J. (1997) - Two dedications to *Divus Augustus* and *Diva Augusta* from Augusta Emerita and the early development of the imperial cult in Lusitania re-examined. *Madriader Mitteilungen*. Mainz. 38, p. 89-105.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1984) - La dénomination antique de Mérida. *Lucerna*. Porto. Número extraordinário: colectânea de estudos em homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, p. 159-172.
- FARIA, A. M. de (1989) - Sobre a data da fundação de Pax Iulia. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 103-109.
- FARIA, A. M. de (1992) - Cidades e moedas hispano-romanas: anotações a *Roman Provincial Coinage I*. *Arqueologia*. Porto. 22, pp. 33-37.
- FARIA, A. M. de (1993a) - [Recensão a] MARÍN DÍAZ, M. A. (1988) - *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana*. Granada: Universidad, 1988, 260 p. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 131-136.
- FARIA, A. M. de (1993b) - [Recensão a] CURCHIN, Leonard A. - *The Local Magistrates of Roman Spain* (Phoenix, Supplementary volume; 28). Toronto: University of Toronto Press, 1990, 275 p. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 136-140.
- FARIA, A. M. de (1993c) - [Recensão a] BURNETT, A.; AMANDRY, M.; RIPOLLÈS, P. P. (1992) - *Roman Provincial Coinage, I: From the Death of Caesar to the Death of Vitellius (44 BC-AD 69)*. London-Paris: British Museum Press - Bibliothèque Nationale. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 140-146.
- FARIA, A. M. de (1997) - De novo em torno da fundação de Pax Iulia: um exercício de «controversismo». *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 171-185.
- FARIA, A. M. de (1998) - Algumas questões em torno da fundação de Augusta Emerita. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 161-167.
- GALSTERER-KRÖLL, B. (1975) - Zu den spanischen Städte Listen des Plinius. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 48, p. 120-128.
- GARCIA, J. M. (1991) - *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- GASCOU, J. (1990) - Le statut d'Avignon d'après un prétendu faux épigraphique de la cité d'Apt (Vaucluse). *Revue Archéologique de Narbonnaise*. Montpellier. 23, p. 225-233.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C. (1991) - Las colonias romanas de la Hispania meridional en sus aspectos socio-jurídicos. In GONZÁLEZ ROMÁN, C., ed. - *La Bética en su problemática histórica*. Granada: Universidad, p. 87-110.
- GRANT, M. (1969<sup>2</sup>) - *From imperium to auctoritas*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEP = *Hispania Epigraphica*. Madrid.
- KEPPIE, L. (1983) - *Colonisation and veteran settlement in Italy 47-14 B.C.* London: British School at Rome.
- LE GLAY, M. (1985) - Les premiers temps de Carthage romaine: pour une révision des dates. *Bulletin Archéologique du C.T.H.S.* Paris. Nouv. Série. 19 B (Histoire et Archéologie de l'Afrique du Nord. II<sup>e</sup> Colloque International, Grenoble, 5-9 avril, 1983), p. 235-248.
- LE ROUX, P. (1995) - L'émigration italique en Citérieure et Lusitanie jusqu'à la mort de Néron. In BELTRÁN LLORIS, F., ed. - *Coloquio sobre Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente: [4 a 6 de noviembre de 1992]*. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico", p. 85-95.
- MACKIE, N. K. (1983) - Augustan colonies in Mauretania. *Historia*. Wiesbaden. 39:3, p. 332-358.
- MANTAS, V. G. (1993) - As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 18 a 20 de Outubro de 1990)*. Coimbra: Universidade, p. 467-500.
- MANTAS, V. G. (1996a) - Teledeteção, cidade e território: Pax Iulia. *Arquivo de Beja*. Beja. Série 3. 1, p. 5-30.
- MANTAS, V. G. (1996b) - Em torno do problema da fundação e estatuto de Pax Iulia. *Arquivo de Beja*. Beja. Série 3. 2-3, p. 41-62.
- MANTAS, V. G. (1998) - Colonização e aculturação no Alentejo romano. *Arquivo de Beja*. Série 3. 7-8, p. 33-61.
- MENELLA, G. (1989) - I prefetti municipali degli imperatori e dei cesari nella Spagna romana. In CASTILLO, C. [et al.], eds. - *Actas del Coloquio Internacional A.I.E.G.L. sobre novedades de epigrafía jurídica romana en el último decenio*. Pamplona: Universidad de Navarra, p. 377-389.
- RIVET, A. L. F. (1988) - *Gallia Narbonensis: southern France in Roman times*. London: Batsford.
- RODDAZ, J. M. (1990) - Agrippa et la péninsule Ibérique. In *Il bimillenario di Agrippa*. Genova: Università, p. 57-81.

- RPC I = BURNETT, A.; AMANDRY, M.; RIPOLLÈS, P. P. (1992) - *Roman Provincial Coinage, I: From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-AD 69)*. London: British Museum Press; Paris: Bibliothèque Nationale.
- VOLK, T. R. (1997) - Hispania and the gold and silver coinage of Augustus. In *Curs d'Història Monetaria d'Hispania. La moneda en temps d'August (13 i 14 de novembre de 1997)*. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya, p. 59-90.
- WIEGELS, R. (1985) - *Die Tribusinschriften des römischen Hispanien: Ein Katalog*. Berlin: Walter de Gruyter & Co (Madrider Forschungen; 13).
- ZUCCA, R. (1996) - *La Corsica romana*. Oristano: S'Alvure.

ANTONIO MARQUES DE FARIA